

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Invenção e continuidade: a *História do Brasil* de João Ribeiro

Arlette Medeiros Gasparello (UFF)

Uma identidade social em formação: os professores secundários

Na segunda metade do século XIX¹, desenvolve-se no Brasil um processo de formação de uma identidade social, a dos *professores secundários*. Um grupo cuja procedência social encontra-se vinculada à cultura letrada e que teve sua trajetória construída no interior de uma rede de vínculos sociais e experiências socioprofissionais e que passou a se definir e se reconhecer como professores, uma profissão intelectual que não os afastava do grupo de letrados, mas que agregava uma conotação específica - o *ofício de ensinar*. (Gasparello e Villela, 2004)

O grupo dos professores secundários definia-se então por uma participação ativa nas instâncias administrativas da instrução pública, bancas de exames² e outras funções ligadas ao ensino público e particular, onde, além do magistério, assumiram a responsabilidade social de produção de livros dedicados ao ensino como *autores* e divulgadores de suas aulas, reproduzidas e recriadas na pluralidade das instituições educacionais do país.

Um seleto grupo que atuava nas principais instituições educacionais públicas e particulares do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e que compartilhava, com outros letrados, atividades na imprensa, como críticos e formadores de opinião. Associações ou instituições culturais e científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras e outras, foram espaços de convivência que também criavam estruturas de sociabilidade e redes de solidariedade comuns, em reforço à formação de uma identidade de grupo (Bessone, 1999; Gasparello e Villela, 2004).

¹ Tais conclusões tiveram por base a investigação em andamento vinculada ao Grupo de Pesquisa *História e Educação: saberes e práticas*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, com apoio do CNPq e da FAPERJ.

² A participação em bancas de exames não se limitava ao campo do ensino, como o de Tribunal de Exames dos Preparatórios e outros, mas também na participação em bancas de seleção para cargos ou funções públicas.

O professor João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes foi um desses professores que, na virada do século XIX para o XX, viviam aquele momento de transição, complexidade e ambigüidade que acompanham as grandes mudanças históricas de pensamento e cultura. Esse trabalho pretende refletir sobre o professor e sua obra didática, situando-o no interior do grupo de letrados desse período e sua contribuição para a História e o ensino.

João Ribeiro: intelectual, professor e historiador

Nascido em 1860, na cidade sergipana de Laranjeiras, João Ribeiro, como se tornou conhecido, ficou órfão de pai muito cedo, tendo sido criado por seu avô materno. Após os estudos de *humanidades* no Ateneu de Aracaju, onde se destacou como aluno, veio para o Rio de Janeiro, cidade onde chegou aos 21 anos.³ Ao chegar ao Rio, encontra a cidade em plena campanha abolicionista e cresce a propaganda republicana. João Ribeiro identificou-se com o perfil dos letrados do Rio de Janeiro dessa época, escrevendo em jornais republicanos e abolicionistas.⁴

Prestou concurso para o *Colégio de Pedro II* (atual Colégio Pedro II) em 1887, defendendo a tese *Morfologia e colocação de pronomes*, mas sua nomeação foi para a cadeira de *História Universal*, que lecionou por muitos anos. Intelectual ativo e interessado, cultivava conhecimentos em filologia, escrevia poemas e artigos críticos na imprensa, além de ser autor de inúmeras obras para o ensino de português e História adotados no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos. Foi como catedrático do Ginásio Nacional (nome republicano do Colégio) que traduziu e escreveu seus compêndios de História, como foi usual entre os professores daquela instituição.

A Renovação histórico-didática

³ Os dados biográficos de João Ribeiro foram consultados em Múcio Leão, 1960; Sodré, 1966; Hansen, 2000. *Correspondência Ativa* do autor, 1889-1916, arquivo da A. B. L.

⁴ Dentre os jornais, estão *O Globo* de Quintino Bocaiúva, e a *Gazeta da Tarde* de José do Patrocínio; assinou colunas no *Correio do povo* e no *O País*, além de uma participação ativa na *Revista Sul-Americana*, com Silvio Romero e em *A Semana*, de Valentim Magalhães e Max Fleiuss. Sua posição republicana era conhecida e divulgada em artigos na imprensa, com o “Vozes da República”, publicado na *Revista Sul-Americana* sob o pseudônimo *Elisa Lentz*. No entanto, também foi um dos intelectuais que logo se decepcionaram com os rumos da República (Hansen, 2000).

A *História do Brasil* publicada em 1900 é o marco inicial de um terceiro momento da história dos livros didáticos no ensino secundário⁵. Na primeira década do século XX, configura-se uma fase de renovação do campo historiográfico e do ensino de História no Brasil, marcada pelas contribuições de João Ribeiro e Capistrano de Abreu. O primeiro, com uma original produção voltada para o ensino e o segundo, intenso pesquisador do nosso passado, ocupam um lugar de destaque na historiografia nacional.

Ribeiro e Capistrano, além de terem em comum a dedicação a intensas atividades e interesses intelectuais, tiveram seus destinos cruzados no Colégio de Pedro II e no ensino de *História do Brasil*. Professores, pertenciam ao grupo de intelectuais que se destacavam nas letras, na filosofia, nas ciências e na diplomacia do final do século XIX para o XX e que publicavam livros, artigos e críticas literárias na imprensa periódica.⁶ Capistrano e Ribeiro também tinham em comum a origem nordestina, o gosto pela pesquisa e o estudo das *coisas nacionais*: João Ribeiro, especialista na língua nacional, Capistrano na língua indígena; ambos professores de História do Brasil, mas com suas carreiras em certo sentido distanciadas. Enquanto Capistrano se afasta das aulas do Colégio⁷ e se aprofunda na pesquisa e escrita da História do Brasil (os *Capítulos* são de 1907), João Ribeiro estende por mais de três décadas a docência da história nacional e lança, no ano simbólico do quarto centenário –que deu nome à primeira edição - sua *História do Brasil*, que marcou época por suas qualidades de síntese e interpretação.

Capistrano é mais reconhecido como o historiador que, além de contribuir para o conhecimento histórico pela trabalho árduo com as fontes e a interpretação inovadora, fortaleceu uma tendência de definição mais precisa do campo do historiador, que no Império e sob os auspícios do IHGB era predominantemente mais um dos interesses do homem de letras. João Ribeiro parece resumir a complexidade do momento de transição cultural vivido naqueles anos: culto, profundo conhecedor da língua nacional, que o fez reconhecido como filólogo, escritor de gramáticas e poesias, crítico literário, poeta e

⁵ A historiografia didática em história nacional no século XIX e início do século XX pode ser sintetizada em três momentos significativos dessa produção: 1) uma *história patriótica* (1831-1861); 2) uma *história imperial* (1861-1900); 3) uma *história republicana* (1900-1922) (Gasparello, 2004).

⁶ Dentre os intelectuais que se destacaram no campo cultural e político do período, foram professores do Colégio, Araripe Júnior, Silvio Romero, José Veríssimo, Carlos de Laet, Max Fleiuss, o Barão do Rio Branco, entre outros (Ver Anuários do Colégio Pedro II; Escragnolle Doria, 1997).

⁷ O afastamento deveu-se às mudanças no currículo do ensino secundário, que em 1899 teve a cadeira de *História do Brasil*, para a qual Capistrano havia sido aprovado em concurso em 1883, incorporada à cadeira de *História Universal*.

jornalista, especializou-se, por necessidade da experiência docente e como fonte de recursos, em autor de livros didáticos, nos campos em que tinha domínio: Português e História. E foi como autor de uma obra didática que conquistou o título de *historiador* - não só por seus contemporâneos, mas por autores reconhecidos pela cultura nacional que o estudaram e citaram em suas obras - como Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo e outros - também pelos historiadores que escreveram sobre a historiografia nacional (Rodrigues, 1965; Reis, 1999; Iglésias, 2000).

João Ribeiro parece ser um caso exemplar do trânsito de pessoas letradas que não possuíam sólida posição econômica, no círculo de relações de poder político e cultural da sociedade brasileira da época, bem como dos limites existentes à ascensão dessas pessoas. Sua correspondência indica que, graças às amizades e relações que mantinha com pessoas em cargos estratégicos do poder público, conseguiu exercer funções e realizar viagens comissionadas ao exterior.⁸

Ligado intelectualmente à cultura alemã, aproveitou suas viagens à Europa para estudar, como a pintura, área de seu interesse e o historicismo germânico do final do século, cuja apropriação contribuiu para sua interpretação renovadora da história do Brasil, com atenção aos aspectos socioculturais.⁹ Seu livro repercutiu no mundo intelectual da capital e teve ampla aceitação no ensino, atestada por sucessivas edições, principalmente na versão *Curso Superior*, para Ginásios e Escolas Normais.

Uma história da nacionalidade para o ensino

João Ribeiro identifica, desde a Introdução, a linha mestra da sua concepção histórica sobre a *formação do Brasil*: “O Brasil, o que ele é, deriva do *colono*, do *jesuíta* e do *mameluco*, da ação dos *índios* e dos *escravos negros*” (p. VIII, grifos do autor).

O autor, ao pensar a História como *processo*, reflete que a sua escrita deveria atender a uma pluralidade de dimensões, sem privilégio da política na perspectiva de sucessão cronológica de governantes:

Fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história. Ninguém, antes de mim, delinhou os focos de irradiação da *cultura e civilização* do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país *cujá história se fazia ao*

⁸ *Correspondência Ativa* João Ribeiro, Associação Brasileira de Letras. 1889-1916.

⁹ Sobre o movimento conhecido como da *Kulturgeschichte*, que procurou interpretar o processo histórico pelos aspectos sociais e culturais, ver Iggers, 1995; Ribeiro, 1952.

mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. (1900, p. IX, grifos meus).

Como era o livro que anunciava tais inovações?

Publicada na data simbólica de 1900, a *História do Brasil* de João Ribeiro, apresentava, no verso da segunda folha de rosto, a *estampa* de “O último tamoio”¹⁰ de Rodolfo de Amoedo e na terceira, a inscrição: *Quarto Centenário*¹¹.

Mas essa foi apenas uma das versões do livro de 1900 que o século XX conheceria desse autor, professor renomado do Ginásio Nacional e já consagrado por outras obras didáticas do assunto de sua paixão, a língua nacional. A primeira edição de 1900 destinava-se ao ensino primário e secundário. No mesmo ano, saiu a edição das escolas primárias, como segunda edição, onde o autor esclarece, na “Advertência”, que aceitou “o conselho de vários professores de que seria mais útil dividi-la em duas edições separadas”, uma destinada à *infância* e a outra aos *cursos superiores*. Desta forma, desdobraram-se, da mesma obra, versões diferenciadas da edição inicial.¹² No ensino secundário do Colégio e outros estabelecimentos foi a versão *curso superior* a que circulou em edições sucessivas até a década de 60.¹³

Na forma original de *unidades temáticas*, João Ribeiro expõe a sua interpretação da história do Brasil em conjuntos significativos, fugindo ao padrão dominante de “lições” ou

¹⁰ O livro saiu com sete ilustrações, que se iniciam com a reprodução já citada de “O último tamoio”, seguidas, ao longo do texto, com “estampas” do *Príncipe Maurício de Nassau*; *D. Pedro I* e *José Bonifácio*, na mesma página; *o índio Uapé do Amazonas*; por último, *D. Pedro II* e *Duque de Caxias*, que também compartilham uma página. São imagens que representam, na força simbólica que comportam, momentos do processo de construção da nação e podem ser definidas como o das páginas *coloniais* e o das páginas *imperiais*.

¹¹ No final do livro, a “Bibliografia” registra as fontes consultadas, das quais as mais importantes para o autor foram a coleção da *Revista Trimensal do Instituto Histórico* e as obras “dos nossos antigos escritores e cronistas”. Menciona os “escritores modernos” de quem recolhera contribuições: Joaquim Nabuco, Rio Branco, Ramiz Galvão, Silvio Romero, José Higino, Araripe Júnior, Alencar Araripe, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Teixeira de Mello, Homem de Mello, Th. Sampaio, Zeferino Cândido, Felisbello Freire, L. Azevedo, Moreira Azevedo, Padre Galanti, Mattoso Maia, G. Studart “e outros”, todos vivos no seu tempo e na maioria seus amigos e conhecidos.

¹² No livro publicado em 1900 para as escolas primárias, com 122 páginas, os assuntos seguem-se uns aos outros em ordem cronológica e não constam os textos em letra menor da edição anterior. A *bibliografia* e *nota final* também foram suprimidas. Foi acrescentada uma *sinopse geral* após cada lição e as ilustrações foram modificadas; no final do livro aparecem os índices, de assuntos e o da “Colocação das estampas”, este ausente na 1ª edição. Desta forma, as “pequenas alterações” resultaram em livro bem diferente do anterior. Toda a distribuição do texto foi modificada e o produto foi *uma outra história do Brasil*, com 24 assuntos discriminados sem a original apresentação por núcleos temáticos (Gasparello, 2004).

¹³ Melo (1997) narra que quando prestou concurso para a Faculdade de Direito, em 1964, o livro de História indicado para os exames era o de João Ribeiro, em edição de 1960.

“pontos” discriminados por critérios cronológico e político, o que demonstra ser fruto de profunda reflexão sobre a formação histórica do Brasil.¹⁴

Os textos em tipos menores constituem uma espécie de *leitura complementar* e que acompanham os textos principais. Estes, mais narrativos, referem-se à objetividade dos *fatos*. Os de tipo menor são ensaios interpretativos e que mais acentuadamente revelam as posições e concepções teóricas do autor. Constituem diferentes espécies de texto, mas que se articulam na composição da obra. Essa “fórmula” editorial, além de criativa, foi um verdadeiro achado: tornou possível uma pluralidade de edições da *História do Brasil* em diferentes versões – a do ensino *primário e secundário*, a edição ensino *primário* e a do *curso superior*. Outro aspecto a ser destacado é que os textos em tipo menor também vão fazer escola nos livros posteriores, na versão “leitura complementar” para o aprofundamento e ou questionamentos de temas relativos ao texto principal.

A contribuição histórica de João Ribeiro foi destacada por Rodrigues (1965, p. 118) nos seguintes termos:

Nada supera a *História* de João Ribeiro, uma síntese nova e original, mais ensaio sobre as características gerais da evolução, que sumário fatal.

No esboço do processo de construção da nação, o autor identifica as correntes que se inter cruzam: a da história comum e a da história local; da *história interna* e da *história externa*, com ênfase nos aspectos internos, os verdadeiros formadores da nação.

Com um balanço entre regional/nacional, descobre uma tessitura da nação nos seus aspectos comuns, estruturantes da *unidade nacional*. Ribeiro então valoriza a *história comum*, a vida interna do país, com o desenvolvimento, no tempo, dos principais agentes formadores da nacionalidade – colonos, jesuítas, bandeirantes, índios e escravos negros.

A existência de grandes grupos locais, para o autor, deve-se à enorme *extensão geográfica* e também à história das antigas capitânicas. Nessa história local, identifica *os germens dos sentimentos ligados à terra* e aos movimentos de rebeldia. Com Ribeiro, os conceitos de *pátria* e *patriotismo* passam a ter uma conotação mais ampla e sempre em

¹⁴ As *unidades* oferecem a visão de conjunto da história nacional: 1) O descobrimento; 2) Tentativa de unidade e organização da defesa; 3) Luta pelo comércio livre contra o monopólio. Franceses e holandeses; 4) A formação do Brasil (a): *História comum*; (b): *História local*; 6) Definição territorial do Brasil (1750-1770); 7) O espírito de autonomia; 8) O absolutismo e a revolução. República e Constituição – 1808-1817-1820; 9) O Império. Progresso da democracia. 1822-1831-1888-1889.

referência à nação e à consciência dessa nação como pátria comum. Ribeiro analisa que nem todos os movimentos têm o caráter *nacional*: o *sentimento de nacionalidade* precisaria de um tempo/processo na história de cada povo. No início desse processo, ele vê o *nativismo*, o sentimento mais *local e regional* à terra, ainda sem consciência de *pátria*. Se não viu sentimento *nacional* na luta contra os holandeses, Ribeiro aponta um sentimento *nativista*, conceito que irá se tornar clássico nos livros didáticos: “desse orgulho nativo deram logo prova os pernambucanos, de modo que o governo dessa capitania se tornou desde então difícil e delicada tarefa” (p. 293).

A unidade nacional, como *sentimento unitário*, resultaria de um processo ainda não plenamente realizado. Partidário dos princípios republicanos, não acredita na união conquistada de forma centralizadora. Por isto, minimiza a união conquistada pela política imperial, considerando-a “toscamente realizada”: a monarquia não constituíra a *nação*. A nação, para Ribeiro, só se constituiria quando houvesse um povo brasileiro ativo, que participasse da vida nacional: o que ele via era passividade e servilismo.

As teorias racistas do final do século XIX forneciam um instrumental de interpretação da realidade social brasileira sob um ponto de vista negativo, associado a um vocabulário que discriminava como *inferiores* os grupos não europeus. O discurso discriminador, presente na maioria dos textos dos intelectuais desse período e de boa parte do século XX, repercutiu no texto de Ribeiro.¹⁵ Para o autor, o elemento vivo da nacionalidade, o que fala a língua nacional, o que tem costumes nacionais e uma *história comum*, é o elemento branco, descendente do colonizador, ao qual se aliam, em situação de inferioridade, os mestiços de toda ordem.

Mas, se a análise do problema racial sofre os limites do conceitual teórico vigente, Ribeiro expressa uma atitude crítica frente à questão. Para tratar do “espírito de autonomia”, o autor discute o tema dos “Mestiços” e analisa que as “idéias generosas de liberdade” repercutiram no Brasil, embora nosso povo e “nossos opressores” não estivessem preparados para “a tarefa da emancipação do homem” Pelo contrário, na

¹⁵ É sabido que a nova situação jurídica do negro como *livre* – embora a condição de sua cor, denunciando seu passado como ex-escravo ou seu descendente dificultasse a sua integração na sociedade *branca* - provocou maiores reflexões sobre a questão da população negra e mestiça na sociedade brasileira nos nossos intelectuais do início do século XX. Negros e mulatos, na perspectiva teórica dominante, eram vistos *grupos inferiores*, sujeitos a *atavismos étnicos* como em *Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*, de Oliveira Vianna, cuja 1ª edição foi em 1918; do lado oposto, o contra-discurso e por isso *silenciado*, de Manoel Bonfim, publicado em 1905 (Bonfim, 1993. Ribeiro, D. 1993).

metrópole e na colônia, “os espíritos estavam preparados para o despotismo” (1900, p. 232).

Sua posição é a de que para colher todos os frutos das idéias de liberdade, as tentativas de emancipação deveriam apoiar-se na *raça mestiça* que, nesse tempo, já constituía “a metade senão mais da população livre” (1900, p. 233).

Para fazer a distinção entre o *nacional* e o *outro*, Ribeiro usa o critério racial: nesta visão, os conspiradores mineiros ainda seriam *brancos* – quase portugueses – e portanto não brasileiros, despreparados para colher os frutos do liberalismo, na construção da *nação republicana*:

A população mestiça – criação étnica que Ribeiro identifica como formada já no século XVII, seria a *raça nacional, mameluca em maior ou menor grau de cruzamento. Mestiça*, mas *mameluca*, não *de cor*; brasileira, não negra. Para o autor, a criação da *raça nova* seria a *base física da revolução*. Afirma então que no Brasil, como em toda a América Latina, “os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos” (p. 234).

A questão étnica constitui um problema teórico de solução complexa: as proposições de Ribeiro expressam bem o conflito e o esforço identificados por Odália (1997) nos intelectuais brasileiros frente ao desafio de posicionar-se em relação à questão racial. A realidade social era mestiça e os mestiços eram estigmatizados e condenados pela ciência do final do século XIX. Mas os historiadores precisavam apontar o caráter nacional, que incluía definir o povo brasileiro.

Severo, acrescenta que os *povos mestiços* “nem sabem governar nem ser governados” e “confundem a obediência com o servilismo” (p. 236). A solução, para Ribeiro, é idêntica à de Varnhagen (1854):

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a *imigração européia*... que arroteia os campos, incula a vida e coordena essas desordens e como dizia Tomé de Souza, não cobra do tesouro (p. 236, grifos meus).

Mas demonstra consciência de que a questão étnica, em termos de compreensão da realidade social, teria desdobramentos futuros, cujos contornos ainda estariam silenciados ou obscurecidos: a “*agitação étnica é toda subterrânea e está repartida por todo o subsolo, guardando a futura erupção*” (1917, p. 103).

A *Conspiração Mineira*¹⁶ dá ensejo a Ribeiro para analisar o papel dos intelectuais na mudança social, demonstrando estar afinado com a concepção contemporânea do perfil do intelectual ligado às questões sociais do seu tempo (Burke, 1999; Marletti, 1993). Para o autor, a força do exemplo mineiro foi tal que desde a conjuração de Minas nenhum *homem intelectual* do Brasil poderia sentir-se obrigado a ser leal a Portugal: “o prestígio dos inconfindentes dissipou o último trabalho dos preconceitos e quebrou, ao menos para os espíritos, as cadeias da escravidão colonial” (p. 241). Aponta ainda o “caráter de elevação intelectual e teórica que em outras revoluções práticas, fica apenas subtendida”, devido ao número considerável de poetas entre seus chefes. Mas esse aspecto seria indicativo de que “não podiam aspirar a outro papel que a de precursores” (p. 240).

No entanto, uma tarefa a mais caberia ao historiador republicano. Para os autores monarquistas, um dos argumentos de justificação da criação do Império fora o mau exemplo da “anarquia” das repúblicas sul-americanas; mas como tal argumento poderia integrar um discurso republicano?

A *forma* republicana teria sido imitada pelas nações da América, dos Estados Unidos – onde era expressão espontânea – e se tornara, com o federalismo, teoria política de todas as novas repúblicas. Mas essa imitação saíra caro:

Os povos sem recursos para perscrutar os segredos obscuros da história, e mesmo não tendo história definida, foram levados pelo desejo de alcançar, através das formas, a substância do bem estar e da liberdade. É natural que nessas experiências tenham pago caro os seus equívocos ou seus erros; e a dezena de nações que vivem ao longo da cordilheira atestam há quase um século os tormentos desse sacrifício ainda não terminado (p. 236, grifos meus).

Assim, a teoria da incapacidade política das raças mestiças, que seriam despreparadas para o *espírito* republicano, fundamenta a interpretação das condições *turbulentas* das repúblicas sul-americanas: não era o regime, como o discurso monarquista sustentara, o responsável pela anarquia, mas o *povo*, que não estaria à altura de uma forma superior de governo. Afirma que no Brasil,

mesmo hoje, no século XX, não fora a monarquia, a independência do Brasil seria ainda um problema, talvez insolúvel; salvo se por independência do grande império colonial se entendesse a sua explosão em mil fragmentos (p. 239, grifos meus).

¹⁶ Expressão que o autor para o movimento de 1789 em Minas (em lugar dos termos *Insurreição* e *Conjuração* anteriormente utilizados).

O caso brasileiro respaldava esse argumento, ao debitar o êxito da monarquia ao fato de ser a mesma uma *força externa, alheia ao espírito local*. O Império, de todo modo, saía justificado: de um lado, pelas forças internas, o *costume do povo*, no discurso monarquista; de outro, por ser uma força externa, que aglutinava o espírito local desagregador, no discurso republicano.

Considerações finais

No final do século XIX, uma complexidade maior da vida brasileira aliava-se a um ambiente intelectual mais complexo, o que provocava uma busca de novas formas de se pensar o Brasil. João Ribeiro publicou um livro para o ensino, mas sua síntese revelou uma nova leitura do passado *nacional*. Desta forma, sua *História do Brasil* não foi apenas mais um compêndio. Além das inovações na forma e distribuição do texto com preocupação didática, a qualidade do texto, na composição de uma síntese fundamentada da história nacional, aliada a uma inovadora interpretação da trajetória nacional, garantiram a João Ribeiro seu reconhecimento como historiador e um lugar destacado na nova fase na literatura histórico-didática brasileira, um marco no discurso didático republicano.

Em sua análise, Ribeiro adotou uma posição que marca a ambigüidade do seu momento histórico: nem século XIX nem XX; o Brasil não era branco, tinha um povo mestiço, mas quase branco, *mameluco*; já existia como *base física*, não existia como *cidadania* – termo que não utiliza, mas que se torna presente na definição de uma população não passiva e não submissa: a população que participa e constrói; a população que iria formar o *cidadão republicano*. O problema da *raça nacional*, para Ribeiro, só se resolveria no futuro. E para ser resolvido, o “mestiço”, na continuidade da mestiçagem ideal, com *brancos*, teria a marca de sua origem *não branca* atenuada. Nessa representação, o povo brasileiro, no futuro, seria “quase-branco” e as qualidades morais “superiores” dos “brancos” estariam reforçadas. A lição de Varnhagen continuava lida e aprendida.

Reinvenção e continuidade que traduzem um movimento, uma interpretação, uma posição, uma autoridade, uma autoria, um professor/autor.

Referências Bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Cadeira 31. *Correspondência ativa*. Pasta 420-C. anos 1889/1916.
- ANNUARIO do Collegio Pedro II. 1911. 1º anno. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, n.1.
- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BONFIM, Manoel. *América Latina; males de origem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BURKE, Peter. *História social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. 2.ª ed. Brasília: INEP, 1997.
- GASPARELLO, Arlette M. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- _____; VILLELA, Heoisa de Oliveira Santos. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro. III CBHE, Anais, PUC/PR, 2004.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- IGGERS, Georg G. 1995. *La ciencia histórica en el siglo XX: las tendencias actuales*. Trad. Clemens Bieg. Barcelona: EMEGE Industrias Gráficas.
- IGLÉSIAS, Francisco. 2000. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA.
- LEÃO, Múcio. “Apresentação”. In: *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.
- LOPES, Marcos Antônio. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In: _____ (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 39-48.
- MARLETTI, Carlo. “Intelectuais”. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). *Dicionário de política*. Tradução: Carmen C. Varriale et

- al. 5^a. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. Vol. 01.
- MELO, Ciro Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na Segunda metade do século XIX*. 1997. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. “Manoel Bonfim, antropólogo”. In BONFIM, Manoel. *América Latina; males de origem*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- RIBEIRO, João. *Historia do Brasil*. Adaptada ao ensino primario e secundario por João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos, Editor, 1900. 314 p.in-8^o.
- _____. *Historia do Brasil*. Curso Superior. Adotado no Ginnasio Nacional. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 7.^a ed. revista e melhorada, 1917. 467 p.
- RIBEIRO, Joaquim. “A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia brasileira”. *Studia*, ano III, n. 3, dez., 1952, pp. 107-118.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, pp.15-25.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- VARNHAGEN Francisco Adolpho de. *Historia Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa da V. Domingues, 1854, 496 p.